

# **CONTRIBUIÇÕES DE FLORESTAN FERNANDES PARA ANÁLISE DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL NO BRASIL**

Alexandre Augusto e Souza

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro*  
augustoesouza@gmail.com

**Resumo:** O tema deste texto é a pesquisa educacional e a questão discutida trata do processo de institucionalização da pesquisa educacional no Brasil. O objetivo deste trabalho é apresentar contribuições de Florestan Fernandes para análise do processo de institucionalização da pesquisa educacional no Brasil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, a partir das principais obras de Florestan Fernandes, compreendendo uma perspectiva sociológica e crítica. São contribuições em forma de análises sobre as transformações sociais e seus desdobramentos para o desenvolvimento das instituições. Argumenta-se que mudanças econômicas, especialmente na produção e expansão material impactam diretamente na configuração das relações em sociedade, desenvolvendo novos contornos funcionais para a vida cotidiana, por novas atividades e pela configuração de processos de mediação, de modo institucional. As instituições, incluindo as instituições de pesquisas educacionais tornam-se contribuintes para o desenvolvimento econômico, de reorganização política, sustentadas por um ideário de uma época. Instituições de pesquisas educacionais estão devotadas para o aperfeiçoamento de processos formativos, a serem reproduzidos no conjunto de uma sociedade.

**Palavras-chave:** pesquisa educacional, institucionalização, Florestan Fernandes.

## **INTRODUÇÃO**

Neste texto apresentam-se algumas contribuições por Florestan Fernandes, para análise do processo de institucionalização da pesquisa educacional no Brasil. Florestan Fernandes é autor de uma série de análises publicadas sobre as sociedades em mudança, especialmente sobre a sociedade brasileira e latino-americana, bem como sobre os processos de institucionalização. Florestan Fernandes, sociólogo, pesquisador, educador e professor universitário, faleceu em 1995. É considerado um dos mais importantes pesquisadores e analistas sobre a temática da sociedade em transformação. Segundo Miriam Cardoso (1996), socióloga e professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que estuda a obra de Florestan Fernandes, o autor é referência teórica para a explicação sobre os processos de transformação de sociedades inteiras. Para Florestan Fernandes (2011), o entendimento do processo de institucionalização não comporta apenas a discussão sobre as próprias instituições, mas sobre aspectos da sociedade, especialmente sobre os padrões econômico-políticos e as correspondentes relações que comportarão certos modos de organização da vida coletiva e cotidiana.

Florestan Fernandes destaca aspectos que impuseram e/ou suscitaram a institucionalização da das atividades coletivas e o funcionamento das mais variadas instituições, marcadas por um cenário

onde a sociedade passa a dirigir novas formas de pensar e viver a vida coletiva e cotidiana. Contexto em que foram criados, no Brasil, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), em 1938, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), em 1956 e os Programas de Pós-Graduação em Educação, a partir dos anos de 1960, produtos deste mesmo processo.

Para o estudo da institucionalização, a discussão sobre o processo de mudança é o problema capital de análise, especialmente quanto ao padrão de organização econômico-política assumido por uma sociedade, na reconfiguração de suas relações. Para Cardoso (1996), em Fernandes, a realidade social é histórica, sempre se transforma e para conhecer essas mudanças é necessário o conhecimento das condições de sua época. Florestan Fernandes privilegiou uma análise econômico-política da sociedade.

De acordo com Cardoso (1996), questões referentes à institucionalização estão presentes na obra de Florestan Fernandes, dentro de um quadro de análise mais amplo sobre as mudanças sociais. Nas análises de Florestan Fernandes destacam-se os modelos de organização institucionais assimilados ao longo do processo de transformação econômico-política e sobre as condições materiais e ideais então vigentes e associadas ao processo de institucionalização. Análises que abrangem não somente o plano nacional, mas também latino-americano desse processo e que, no texto, referem-se às origens e demandas à institucionalização, os desafios desse processo e as mudanças sociais impulsionadas pelo processo de institucionalização.

## ORIGENS E DEMANDAS À INSTITUCIONALIZAÇÃO

Para Fernandes (1974), a organização da vida é condicionada ao meio material que nos circunda. As pessoas estão vinculadas a partir de formas de organização material a qual elas pertencem, fixando tarefas e problemas que são constituídos ao longo do tempo. Fernandes (1976, p.132) afirma que na vida em comum enfrentamos desafios que derivam originalmente da organização material que a vida é submetida, pois: “[...] todas as sociedades possuem e enfrentam dilemas: [...] que são universais e derivam de padrões materiais [...]”. De acordo com Fernandes (2011):

Sob este aspecto, o elemento crucial vem a ser o padrão de civilização que se pretendeu absorver e expandir [...]. Esse padrão, [...] envolve ideais bem definidos de assimilação e de aperfeiçoamento interno constante das formas econômicas, sociais e políticas de organização da vida [...]”. (FERNANDES, 2011, p.33-34)

Uma sociedade se constitui e se desenvolve através e em torno da produção material coletiva. Segundo Fernandes (1981), o ato fundamental de constituição dos indivíduos e de toda a sociedade é a capacidade de produzirem seus meios de existência e de modificarem sua forma de produzir ao longo da história. A análise da sociedade em Florestan Fernandes tem como ponto de origem as transformações do processo produtivo que essa sociedade sofre. A realização dessa análise certamente não se restringe ao processo produtivo, mas toma-o como elemento indispensável ao estudo das sociedades em seu tempo. Elemento central de entendimento das alterações para a vida coletiva e cotidiana, a atividade material tornou-se caminho para compreender as mudanças proporcionadas no ritmo da vida de toda uma população, nas formas de compreensão de suas respectivas mudanças.

Florestan Fernandes (1974) destaca as sociedades em transição para um novo modo de produzir e viver materialmente. No caso da sociedade brasileira verifica a transição de uma sociedade colonial, escravocrata, para uma sociedade capitalista, industrial e a reconfiguração institucional dessa mesma sociedade. Reconfiguração direcionada para orientação da vida cotidiana às novas relações objetivas, de reorganização das atividades, em consonância com as necessidades dos novos modos de produzir e viver coletivamente. Segundo Fernandes (1974), o estopim desse processo é a crise do modo de produção e de acumulação do modelo econômico em vigência. Nessa situação ocorre a necessidade de implantação de um novo modelo de acumulação que propicie a conciliação de certas relações econômicas e políticas. Para Fernandes (1981), sempre ocorrerá um processo conturbado de implementação/expansão para um novo modo de produzir e viver. Processo caracterizado pela incorporação de toda uma sociedade aos interesses de uma classe em formação e/ou predominância, cunhando o tipo de desenvolvimento institucional, ao longo do processo de transição para novos modelos de organização econômica e política.

Para Fernandes (1974), a absorção/adaptação de um novo modelo de acumulação da riqueza caracteriza-se pela tensão na ordem social em alteração. Os processos de institucionalização são utilizados para evitar rupturas com a esgarçada ordem política existente. Tensões promovidas por conta de um modelo produtivo esgotado, de acumulação de riqueza e pela disseminação de um novo processo produtivo, caracterizado, de modo geral, pela rápida e uniforme repetição das ações e pelas alterações na percepção do espaço e tempo coletivo e cotidiano.

De acordo com Fernandes (1973), a partir de um novo sistema de produzir busca-se um processo de alteração planejado/ideal de vida, exigindo adaptações a uma nova rotina em formação, causando estranhamento e ausência de sentidos para a vida cotidiana. Para Fernandes (1974) sempre

ocorre uma frágil identificação entre um cotidiano e um ritmo de vida parcialmente difundido ou em difusão. Fragilização que, de acordo com Fernandes (2011) é contraposta pela transplantação de instituições, essenciais para o intercâmbio e a associação entre sociedades com base em modelos similares de produção. A partir de novas demandas, a institucionalização torna-se parte de um mecanismo maior, de reordenação e orientação das atividades em ascensão. Segundo Fernandes (2011, p.179, grifo nosso), “Ao absorver [um] sistema de relações de produção [...] a sociedade desenvolve uma ordem social típica, [...] organiza institucionalmente [...] e o adapta às potencialidades econômicas e socioculturais existentes”.

Para Cardoso (1996), a integração de uma sociedade na órbita de uma organização econômico-política ocorre por meio de três mecanismos e um deles é o mecanismo institucional. A utilização do mecanismo institucional envolve a importação de modelos de organização das instituições, juntamente com valores extraídos da civilização a qual se pretendeu interagir. Segundo Cardoso (1996), uma das problemáticas abordadas por Florestan Fernandes em suas análises refere-se aos modelos de organização institucional, assim como as condições de desenvolvimento das instituições.

O quadro apresentado por Florestan Fernandes refere-se a expansão de um novo modelo produtivo, via industrialização e que se utilizou posteriormente das instituições, inclusive das instituições de pesquisas educacionais, para o desenvolvimento e consolidação das relações sociais em reconfiguração. Destaca-se, no processo de mudanças em uma sociedade, a presença de relações sociais em desequilíbrio quanto a ordem econômico-política em expansão, em virtude do distanciamento das necessidades profissionais para as novas atividades em ascensão e o quadro de formação do trabalhador.

## DESAFIOS AO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

Mudanças de amplo e profundo impacto sob a vida diária desorganizam as atividades já estabelecidas e constituem novas formas de atuação profissional, incluindo-se novas técnicas, entrando em contradição quanto aos procedimentos/técnicas sedimentados. Perdem-se referências e as ações se tornam obsoletas para as novas demandas estabelecidas. Todo processo de mudanças fica em suspenso e não há coesão em uma sociedade, não há regularidade para a condução da vida diária. A institucionalização é um caminho para superação desse contexto, a partir de um novo modelo de produzir e viver.

Segundo Fernandes (1974), nossa compreensão da realidade e nossas respectivas ações estão diretamente atreladas ao arranjo produtivo de uma sociedade e refletem diretamente nas formas de organização das atividades. Para Fernandes (1974), nossas ações adquirem uma feição essencialmente objetiva e relaciona-se sempre em função das condições de vida em comum as quais pertencemos. A vida material, as condições de existência e as experiências adquiridas com estas, são consequentemente refletidas nos hábitos que nos constituem. Fernandes (1981) afirma que:

O raio de previsão, a capacidade de relacionar meios e fins em seu desdobramento no tempo e segundo critérios objetivos de eficácia, o próprio poder criador da vontade ou do pensamento, são elementos que se organizam exteriormente ao sujeito e determinam o seu modo de ajustamento prático. (FERNANDES, 1981, p.185)

De acordo com Fernandes (1974), nossas ações são constituídas pelas experiências diretamente acessíveis e prendem-se as explicações constituídas na vida material em comum. A interpretação do mundo exterior é construída graças ao modo de encarar o *objeto* que nos é imediato, levando-se em conta a delimitação das condições materiais de existência e do modo de vida material predominante. As pessoas, segundo Fernandes (1966) agem de acordo com as condições objetivas presentes, contando para seu ponto de partida com essas condições objetivas. Conforme Fernandes (1974):

Todo indivíduo se acha, pois, predeterminado, em um duplo sentido, pelo fato de se ter desenvolvido dentro de uma sociedade; de um lado encontra uma situação estabelecida, e de outro acha nessa situação modos performados de pensamento e conduta. (FERNANDES, 1974, p.114)

O que é dado aos sentidos sempre terá lugar privilegiado na organização da vida conjunta. Tudo leva a reconhecer que esse lugar é bem extenso, mesmo ocorrendo uma percepção distorcida ou parcial do contexto observado, pois, o mundo sensível ao redor não é dado para toda a eternidade. As alterações materiais do ambiente e suas relações correspondentes não são percebidas de modo simultâneo ao seu acontecimento. O mundo material se reconstitui de modo permanente, forçando constantes rearticulações do pensamento para sua compreensão. A capacidade de percepção individual dos acontecimentos ocorre apenas quando se toma uma proporção que alcança a vida em comum.

Para Fernandes (1976), uma coletividade sempre está despreparada para lidar com o tempo das mudanças, com as conformações do tempo em que estas ocorrem. A capacidade de

entendimento das mudanças revelou-se uma tarefa longa e complicada. Ainda mais complexo, mais longo, mais difícil, é o domínio desses acontecimentos e a sua aplicação prática. Problemas que decorrem, de acordo com Miriam Cardoso (1996), de entraves que pertencem ao plano objetivo da realidade, os quais promovem reações adversas ao esperado. As pessoas deparam-se com uma realidade que lhes parece hostil. Não é possível diante desse quadro, o questionamento das condições e do que perceptivelmente se impõe.

Fernandes (1976) entende que a compreensão do presente não se configura claramente e nem imediatamente. Envolve a necessidade de uma reeducação, pois não é susceptível de apreensão imediata, exige o concurso de atividades intelectuais reguladas e conduzidas pelo que lhe é sempre exterior e objetivo. De acordo com Fernandes (1976), o comportamento cotidiano por si mesmo torna-se inconsistente para suportar o entendimento de qualquer mudança no momento de sua ocorrência. O processo educativo, a partir desse contexto, torna-se uma prática social determinada, assumindo nessa perspectiva, a função de inserir cada pessoa no sistema de vida material vigente, nas relações objetivas correspondentes. Os desafios à institucionalização estão relacionados a capacidade de reorientação para a vida cotidiana, em conformação às novas exigências e atividades constituídas socialmente. Significa ter condições em estimular o processo de mudanças a partir de objetivos definidos, levando-se em consideração os aspectos históricos que delimitam as possibilidades de atuação.

Para Fernandes (1976) torna-se inviável, a partir de novas condições objetivas, o funcionamento rotineiro das atividades já estabelecidas e das atividades em ascensão numa sociedade. Verifica-se a urgente necessidade de intervenção planejada sob as mudanças em curso, para reorganização da vida cotidiana, para a formação de novas aspirações na vida em comum. Planejamento conferido, de modo institucionalizado, às instituições de pesquisas, em constituir novos caminhos, para a resolução de novos problemas. De acordo com Fernandes (1974), as instituições tornaram-se um mecanismo capaz de captar, dirigir e aproveitar o *animus comuns* de uma sociedade, em seu tempo histórico.

A institucionalização da pesquisa educacional é um dos processos mencionados por Florestan Fernandes. Segundo Fernandes (1966), na institucionalização da pesquisa educacional no Brasil, o desafio constituiu-se em ampliar a capacidade de observação sobre os aspectos que regulam e produzem o encadeamento dos fatos sociais agregados ao processo educativo. Significa construir e organizar as experiências acumuladas, no intuito de ampliar a capacidade de interrogação até onde

os sentidos não conseguiam penetrar por si mesmos. Explicação que somente seria possível pela acumulação das experiências, sua ordenação e suas constantes reformulações diante de fatos novos.

## O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E AS MUDANÇAS DE UMA SOCIEDADE

Segundo Florestan Fernandes (2011), processos de institucionalização são capazes de impulsionar uma série de ações, com fins de articular novas práticas/atividades para o processo de mudanças, especialmente quando esses processos ocorrem de modo acelerado. As instituições de são utilizadas como instrumentos de defesa e suporte, visando garantir maior estabilidade na condução de um processo de mudanças, para garantia da permanência de um novo padrão condutor das relações em sociedade.

Em Fernandes (1981), o institucional é parte importante para análise de uma sociedade. As instituições, como mediadoras, são parte irradiante de novas técnicas e impulsionadoras do processo de massificação de padrões. Visam, segundo Fernandes (1981), em alterar o comportamento conjunto de uma coletividade, de modo regular, marcadamente em hábitos motores, através de atividades rotineiras. Ações construídas a partir de referências objetivas, as quais se tornarão normas de ação, mas também, de explicação para o que escapa e quebra a rotina. Para Fernandes (1981):

[...] à institucionalização [...] [que] garante à ordem social competitiva um padrão de equilíbrio dinâmico capaz de assegurar a classes sociais com interesses econômicos divergentes ajustamentos normais através de acomodação ou de conflito. (FERNANDES, 1981, p.81, grifo nosso)

Conforme Fernandes (1976), o institucional compõe a melhora na capacidade de manipulação dos problemas para uma mudança planejada. Buscam-se novas percepções, explicações e formas de manipular, demandadas por novos problemas, por meio da descoberta de procedimentos que possam controlar certos efeitos úteis e formas de organização das atividades humanas, seguindo um esquema rigorosamente pré-estabelecido, um padrão. Para Cardoso (1976):

[...] o processo de institucionalização dos centros de pesquisa [por exemplo] está a mostrar que as investigações lá realizadas têm importância para a sociedade. Não fossem elas as principais responsáveis no mundo atual pelas explicações sobre as quais o homem constrói seu mundo e articula suas relações com ele. [...] que facilitem a abertura do pensamento, a flexibilidade do raciocínio e de atenção [...]. (CARDOSO, 1976, p. 75, grifo meu)

Uma nova organização da vida material desdobra-se em novas exigências ou atividades, constituindo novas formas de viver e compreender a realidade. Para as instituições verifica-se a finalidade em integrar todo o conjunto populacional em certas práticas cotidianas, de modo cooperativo. Significa auxiliar na constituição de relações objetivas, a partir de um modo específico de produzir e viver socialmente e em predominância. Um processo de aglutinação, ordenação e coesão de atividades em emergência, antes dispersas. As instituições educacionais, por exemplo, tornam-se parte estratégica de reprodução da vida. Tornam-se mediadoras entre os aspectos materiais e as formas ideais concebidas, para a organização das relações e da vida comum e cotidiana. Tarefa certamente nada fácil, na medida em que se estaria frente a um sem-número de objetivos definindo comportamentos os mais diferentes, desde simples habilidades até capacidades de julgamento bem elaboradas.

Para Fernandes (1966), a institucionalização objetivou-se para a transmissão de certas práticas, de ampliar a esfera de influência cotidiana de inúmeras atividades e de contribuir para a formação de modos de entendimento do presente. Um processo vinculado ao contexto de aproximação entre produção e ciência, o desenvolvimento das atividades intelectuais e a instrução, para a realização social de certas capacidades, sob uma nova forma de produção, pondo inúmeras forças sociais em movimento. Segundo Fernandes (1966):

A sociedade brasileira está sendo modelada por forças econômicas, sociais e culturais que exigem uma política nova no setor da educação. Para isso, precisamos urgentemente de um centro de investigações [...]. Uma política educacional com fundamentos realistas e baseada nos resultados da investigação científica, nas condições da sociedade brasileira atual. (FERNANDES, 1966, p. 572)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A institucionalização é uma resposta às movimentações de uma sociedade. Movimentações de desequilíbrio, para uma nova acomodação de elementos, que passam a incorporar todo um sistema anteriormente organizado. Para Florestan Fernandes (1966), a institucionalização se insere nessa perspectiva mais ampla. Especificamente busca alterar o comportamento conjunto de uma coletividade, de modo regular e em atividades que se tornem rotineiras. A educação é destacada nesse processo, direcionada a necessidade de formação do trabalhador.



Verifica-se que as instituições são utilizadas pela capacidade de aglutinação e conjugação de esforços, com vistas a imprimir certos direcionamentos, de forma planejada, para certos ideais de uma época. De acordo com Fernandes (1966), as instituições possuem relevância social quando assumem a tarefa de fornecer subsídios, com fins de intervir em uma sociedade, no apoio quanto ao ordenamento de certas mudanças. É sob o clima de transformação produtiva e de reorganização social que as instituições de pesquisas educacionais foram convocadas para participarem como agente formadora.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, Miriam. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. **Estudos Avançados**, v.10, n.26, 1996.

\_\_\_\_\_. O mito do método. Rio de Janeiro: **Boletim Carioca de Geografia**, s/v, s/n, 1976.

FERNANDES, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

\_\_\_\_\_. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1974.

\_\_\_\_\_. *A sociologia numa era de revolução social*. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 4ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2011.